



BALANÇO PATRIMONIAL

Anexo 14 da Lei nº4.320/64

2024



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Balanco Patrimonial

Anexo 14, LEI Nº 4.320/64 MCASP

(Isolado)

Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas referentes ao exercício financeiro de 2024



ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL
<https://www.acpublica.com.br/>



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

a) INFORMAÇÕES GERAIS

a.1. Nome da entidade

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FEIRA NOVA – FEIRAPREV

CNPJ: 14.929.918/0001-24

a.2. Domicílio da entidade

R. Margarida Ramalho, S/N Centro,

Feira Nova – PE

CEP: 55715-000

a.3. Dados do gestor

Ana Paula de Souza

Cargo: Gerente de Previdência

Período de Gestão: 01/01/2024 a 31/12/2024

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

José Cristóvam da Silva Filho

CRC: 025898/O-0

E-mail: cristovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FEIRA NOVA - FEIRAPREV concebido quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código “112-0 - Autarquia Municipal” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2024 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 710 de 28 de Dezembro de 2023 (LOA 2024). Sua fonte financeira deriva das contribuições previdenciárias dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, bem como pelas contribuições patronais da administração direta, autarquias e fundações, classificadas como receitas correntes, além de receitas provenientes da compensação financeira entre regimes de previdência (COMPREV), receitas patrimoniais oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos previdenciários e outras receitas previstas na legislação específica, assegurando o equilíbrio financeiro e atuarial do regime, com destinação vinculada exclusivamente ao custeio dos benefícios previdenciários garantidos aos segurados e dependentes.

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este Balanço Contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição, e as orientações da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04, de janeiro de 2020. Os registros contábeis estão em conformidade com as normas e orientações vigentes, destacando-se a Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de dezembro de 2023, a Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de dezembro de 2023, e a Portaria STN/MF nº 1.568, de 11 de dezembro de 2023. A elaboração e apresentação das demonstrações contábeis seguem as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas

End.: Rua Margarida Ramalho, nº 100, Centro, CEP: 55715-000, Feira Nova - PE.

Fone: (81) 3645-1825 | Email: feiraprev@hotmail.com

CNPJ: 14.929.918/0001-24



Nota Explicativa
Balanço Patrimonial
Anexo 14, Lei nº 4.320/64

ao Setor Público (NBC TSP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a NBC TSP nº 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e a NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação ou nas normas brasileiras de contabilidade foram tratadas com base nas diretrizes da International Federation of Accountants (IFAC), por meio das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), em especial as de números 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas, este demonstrativo atende integralmente ao disposto no art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e às exigências normativas e legais aplicáveis à contabilidade pública, estando em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE).

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações isoladas da seguinte Entidade do Município de Feira Nova-PE:

Instituto de Previdência de Feira Nova – FEIRAPREV

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC TSP nº 01) ajustada ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende às exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando o quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; investimentos, imobilizado e intangível). No passivo, o balanço apresenta o quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo Não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal, na coluna do Patrimônio Líquido, constam as contas mínimas de capital social e resultados acumulados. Em quadro específico, são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço, são apresentados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle, com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço apresenta também um quadro próprio com o superávit/déficit financeiro, contendo códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive aquelas com valores negativos. O demonstrativo contempla colunas com os saldos do exercício anterior, possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto às contas patrimoniais. O demonstrativo evidencia, ainda, a consistência entre as contas "mãe" e "filha" dos grupos de contas, assegurando a fidedignidade das informações apresentadas.



Nota Explicativa **Balanço Patrimonial** Anexo 14, Lei nº 4.320/64

b.2. Bases de mensuração utilizadas

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle, por sua natureza gerencial. A estruturação do quadro principal do Balanço Patrimonial utilizou as Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), apresentando as contas sintéticas até, no mínimo, o terceiro nível (subgrupo), conforme orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 10ª edição. A apresentação dos ativos e passivos foi realizada com a devida segregação entre circulante e não circulante, em conformidade com as exigências da **NBC TSP nº 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Para definição das classificações, adotaram-se os seguintes critérios: 1) ativo circulante, quando se estima que a realização ocorra até doze meses após a data das demonstrações contábeis; 2) ativo não circulante, para os ativos cuja realização se dê após esse prazo; 3) passivo circulante, para as obrigações que deverão ser liquidadas até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e 4) passivo não circulante, para as demais obrigações com vencimento superior a doze meses. As contas patrimoniais foram destacadas com as siglas (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme orientações do MCASP e em atendimento à **Resolução TC nº 270/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)**. Os elementos patrimoniais foram mensurados, em regra, pelo valor de custo histórico. Excepcionalmente, os bens do grupo "Imobilizado" foram reconhecidos com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, os bens classificados no imobilizado encontram-se sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, conforme sua vida útil definida, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação, de acordo com as normas vigentes. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção de bens do imobilizado foram incorporados ao ativo, desde que resultem na ampliação da vida útil ou na geração de benefícios econômicos futuros. Caso contrário, tais gastos foram reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. A execução orçamentária e fiscal foi realizada em conformidade com as políticas contábeis aplicáveis ao setor público, garantindo a adequada classificação e registro dos atos e fatos patrimoniais.

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor



Nota Explicativa

Balanço Patrimonial

Anexo 14, Lei nº 4.320/64

original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2023, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2023 o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida



Nota Explicativa Balanço Patrimonial Anexo 14, Lei nº 4.320/64

útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no



Nota Explicativa Balanço Patrimonial Anexo 14, Lei nº 4.320/64

confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Quanto a classificação de ativos, não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares. Quanto a constituição de provisões, não houve registro de provisões para esta entidade. Em relação ao reconhecimento de variações patrimoniais, não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS

Nota 1: Ativo circulante

ATIVO CIRCULANTE		24.615.114,35	21.323.536,85
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		22.208.132,40	16.921.770,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		22.208.132,40	16.921.770,59
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F	34.573,11	34.573,11
CONTA ÚNICA	F	837.729,48	770.175,71
CONTA ÚNICA RPPS	F	21.335.829,81	16.117.021,77
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		2.406.981,95	4.401.766,26
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO		2.406.981,95	4.401.766,26
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER -	P	2.406.981,95	4.401.766,26
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
ESTOQUES		0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS		0,00	0,00



Nota Explicativa **Balanco Patrimonial** Anexo 14, Lei nº4.320/64

Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2024 foram de **R\$ 24.615.114,35**. São compostos pelas contas: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (R\$ 22.208.132,40); CRÉDITOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO (R\$ 2.406.981,95); INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); ESTOQUES (R\$ 0,00); ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA (R\$ 0,00); VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (R\$ 0,00);

Nota 2: Caixa e Disponibilidade de Caixa

O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2024 somam R\$ 22.208.132,40

Nota 3: Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a curto prazo são compostos pelas contas 1.1.2 (Créditos a Curto Prazo) e 1.1.3 (Demais Créditos e Valores a Curto Prazo), que totalizam R\$ 2.406.981,95.

Detalhamento dos Créditos a Curto Prazo

Registros de Créditos a Curto Prazo: CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL (P) (R\$ 2.406.981,95); CRÉDITOS DO RPPS JUNTO AO RGPS (P) (R\$ 0,00);

Nota 4: Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

O saldo registrado no grupo de investimentos, no valor de **R\$ 0,00**, refere-se às aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários não destinados à negociação e que não integram as atividades operacionais da entidade. Esse grupo contempla os investimentos realizados pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em títulos públicos federais de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as normas estabelecidas pelas **Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.922/2010 e nº 4.392/2014**, que dispõem sobre os limites e condições das aplicações dos recursos dos RPPS. Adicionalmente, a política de investimentos observa as diretrizes da **Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022**, que disciplina normas gerais sobre os investimentos dos regimes próprios de previdência social, em atendimento aos princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na gestão dos recursos previdenciários.

Nota 5: Estoque / Almoxarifado

Os registros contábeis do grupo de estoques totalizaram o valor de **R\$ 0,00** no encerramento do exercício de 2024, em razão da **não apresentação, pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do inventário físico de estoque/almoxarifado referente à posição de 31 de dezembro de 2024** até o fechamento do Balanço Patrimonial, o que impossibilitou a apuração e contabilização dos valores correspondentes.

Nota 6: Política contábil e critérios de valoração adotada na mensuração do estoque

Os estoques são mensurados, no momento do ingresso no patrimônio público, pelo valor de aquisição ou de produção/construção, conforme a natureza do bem, sendo adotado o método do custo médio ponderado para avaliação das saídas, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Caso o valor contábil registrado ultrapasse o valor realizável líquido, são



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

constituídas provisões para perdas ou ajustes de redução ao valor de mercado, garantindo a fidedignidade das demonstrações contábeis. No encerramento do exercício de 2024, o saldo do grupo de estoques foi registrado no valor de R\$ 0,00, em razão da não disponibilização, pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), do inventário físico dos estoques referente à posição de 31 de dezembro de 2024, impossibilitando a contabilização dos valores correspondentes. Ressalta-se que os materiais de consumo adquiridos no exercício, classificados no elemento de despesa 3.3.90.30 – Material de Consumo, foram registrados diretamente como variações patrimoniais diminutivas, considerando-se consumidos no momento da aquisição para fins contábeis, conforme as normativas vigentes.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Valor total contabilizado em estoque	0,00
Valor classificado em outras contas específicas da entidade	0,00
Valor do estoque contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas	0,00
Valor de estoques reconhecidos como despesa durante o período	0,00
Valor de qualquer redução de estoque reconhecido como despesa no resultado do período	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos	0,00
Valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do ano	0,00
Valor contabilizado de estoques dados como garantias de passivos	0,00

Nota 7: Ativo Não Circulante

ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.965.702,48	139.974.664,67
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.861.049,39	139.923.995,67
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	1.861.049,39	139.923.995,67
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	P 1.861.049,39	0,00
CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	P 0,00	139.923.995,67
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
IMOBILIZADO	104.653,09	50.669,00
BENS MÓVEIS	60.710,30	54.192,76
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 56.911,30	50.393,76
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 1.299,00	1.299,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 2.500,00	2.500,00
BENS IMÓVEIS	50.000,00	0,00
BENS DOMINICAIS	P 50.000,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-6.057,21	-3.523,76
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P -6.057,21	-3.523,76
INTANGÍVEL	0,00	0,00
DIFERIDO	0,00	0,00

Os ativos de longo prazo totalizam R\$ 1.965.702,48. São compostos pelas contas: CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS (R\$ 1.861.049,39); INVESTIMENTOS (R\$ 0,00); IMOBILIZADO (R\$ 104.653,09); INTANGÍVEL (R\$ 0,00); DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 8: Créditos a Longo Prazo

O Total em Créditos a Longo Prazo é de R\$ 1.861.049,39.



Nota Explicativa
Balanço Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Detalhamento dos Créditos a Longo Prazo

Registros de Créditos a Longo Prazo: CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - SERVIDOR, APOSENTADO E PENSIONISTA (P) (R\$ 1.861.049,39) e CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS (P) (R\$ 0,00);

Nota 9: Imobilizado

Considerando a exigência do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que expressa a necessidade de se efetuar as depreciações de bens móveis e imóveis, bem como o estabelecido pelo ranking STN que, como regra, exige a demonstração de valores constantes no saldo das contas de depreciação de bens móveis e imóveis. Efetuou se com respaldo técnico nas tabelas e índices de as taxas de depreciação, amortização e exaustão adotadas, foram determinadas com base nas tabelas e índices disponibilizados pelo Governo Federal via endereço eletrônico do STN <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/depreciacao-de-imoveis/2023/tabel-de-classificacao-de-vida-util.xlsx/view>. Essas taxas seguem a legislação vigente e refletem a vida útil estimada dos bens, garantindo a correta alocação dos custos e despesas ao longo do tempo. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a utilização e obsolescência dos ativos imobilizados. Esses procedimentos garantem a conformidade contábil e fiscal, assegurando a transparência na apuração do resultado do ente.

IMOBILIZADO		104.653,09	50.669,00
BENS MÓVEIS		60.710,30	54.192,76
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	56.911,30	50.393,76
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	1.299,00	1.299,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	2.500,00	2.500,00
BENS IMÓVEIS		50.000,00	0,00
BENS DOMINICAIS	P	50.000,00	0,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-6.057,21	-3.523,76
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	P	-6.057,21	-3.523,76

O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2024 foram de R\$ 104.653,09. É composto pelas contas: BENS MÓVEIS (R\$ 60.710,30); (-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS (R\$ -1.246,12); Bens Imóveis (R\$ 50.000,00) e (-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA – BENS MÓVEIS (R\$ -6.057,21);

DETALHAMENTO DOS MONTANTES EXPOSTOS DE AJUSTES NO IMOBILIZADO DECORRENTES DE DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E/OU EXAUSTÃO

Característica do Bem Critério Adotado Taxa	Critério Adotado	Taxa
Bens Móveis	Tabela do STN	10%
Bens Imóveis	Tabela do STN	1,2%



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Nota 10: Intangível
0,00

Nota 11: Passivo Circulante

PASSIVO CIRCULANTE	1.400,18	80.961,48
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	146,62	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	146,62	0,00
FORNECEDORES NACIONAIS	F 146,62	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.253,56	80.961,48
VALORES RESTITUÍVEIS	1.253,56	80.961,48
CONSIGNAÇÕES	F 1.253,56	80.961,48

Os compromissos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2024 foram de R\$ 1.400,18. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO (R\$ 146,62); OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A CURTO PRAZO (R\$ 0,00); DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (R\$ 1.253,56);

Nota 12: Passivo Não Circulante

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	146.389.875,05	214.488.932,37
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	146.389.875,05	214.488.932,37
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	146.389.875,05	214.488.932,37
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P 39.585.009,22	124.617.978,48
PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P 106.804.865,83	89.870.953,89
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº 4.320/64

As obrigações de longo prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2024 foram de R\$ 146.389.875,05. São compostos pelas contas: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); PROVISÕES A LONGO PRAZO (R\$ 146.389.875,05); DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO (R\$ 0,00); RESULTADO DIFERIDO (R\$ 0,00);

Nota 13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a longo prazo ao final do exercício de 2024 é de R\$ 0,00.

Nota 14: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências de curto e longo prazo

demais obrigações a curto prazo no valor de R\$ 1.253,56.

Não houve registros de restos a pagar a longo prazo.

Os valores com obrigações trabalhistas de curto e longo prazo encontram-se abaixo discriminados:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE CURTO PRAZO		OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DE LONGO PRAZO	
PESSOAL	R\$ 0,00	PESSOAL	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	R\$ 0,00	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	R\$ 0,00
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00	ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 0,00

Nota 15: Empréstimos e Financiamentos

O saldo de Empréstimos e Financiamentos a longo prazo ao final do exercício de 2024 é de R\$ 0,00.

Nota 16: Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a longo prazo ao final do exercício de 2024 é de R\$ 0,00.

Nota 17: Provisões a Longo Prazo

O saldo de Provisões a longo prazo ao final do exercício de 2024 é de R\$ 146.389.875,05. As Provisões Matemáticas Previdenciárias foram registradas no Passivo Não Circulante do Balanço Patrimonial, representando as obrigações futuras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) com o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados e dependentes, apuradas com base em avaliação atuarial periódica. As provisões foram contabilizadas conforme os princípios contábeis da competência e da prudência, refletindo o valor das reservas necessárias para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

Nota 18: Provisões

O total de provisões de curto prazo para o exercício de 2024 totalizou R\$ 0,00. O total de provisões de longo prazo para o exercício de 2024 foi de R\$ 146.389.875,05 o que resultou num total de provisões de R\$ 146.389.875,05 distribuídas na tabela a seguir.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

PROVISÕES DE CURTO PRAZO		PROVISÕES DE LONGO PRAZO	
PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00	PROVISÕES TRABALHISTAS	R\$ 0,00
PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00	PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS	R\$ 146.389.875,05
OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00	PROVISÕES FISCAIS	R\$ 0,00
		OUTRAS PROVISÕES	R\$ 0,00

Nota 19: Provisões Matemáticas Previdenciárias

O Total das Provisões Matemáticas Previdenciárias para o exercício de 2024 é de R\$ 146.389.875,05, referente a **data-base de 31 de dezembro de 2024**, as **Provisões Matemáticas Previdenciárias totalizaram o montante de R\$ 146.389.875,05**, registrado integralmente como passivo de longo prazo, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a legislação vigente. Abaixo a memória de cálculo das provisões matemáticas elaboradas pelo Atuário Jorge Tiago Moura Cruz, MIBA 3.286:

ANEXO III – PROVISÕES MATEMÁTICAS
PROVISÕES MATEMÁTICAS – CONTABILIDADE – DATA-BASE: 31/12/2024

Operação	Plano de Contas		R\$
C	2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	146.389.875,05
C	2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
C	2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.99	OUTRAS DEDUÇÕES: Contribuições do Ente	-
D	2.2.7.2.1.01.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.01.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.2.01.01	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
C	2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
C	2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.02.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.2.02.03	COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	-
C	2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	106.804.865,83
C	2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	118.672.073,15
D	2.2.7.2.1.03.99	OUTRAS DEDUÇÕES: Contribuições do Ente	-
D	2.2.7.2.1.03.03	CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.04	CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-
D	2.2.7.2.1.03.05	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	11.867.207,32
C	2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	39.585.009,22
C	2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	131.432.461,78
D	2.2.7.2.1.04.02	CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	43.056.879,00
D	2.2.7.2.1.04.03	CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	35.647.327,38
D	2.2.7.2.1.04.04	COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	13.143.246,18
D	1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	-
D	1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	-
C	2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	-
C	2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	-



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64



VII. Considerações Finais

É necessário sempre averiguar a capacidade do Ente em honrar seus compromissos e a extrema necessidade de formação de reservas matemáticas, constituídas de forma capitalizada que é a melhor forma de termos a garantia para o pagamento de benefícios, bem como, tentar absorver do mercado financeiro recursos através das aplicações que podem diminuir este volume de déficit sem ter que sacrificar os cofres públicos na sua totalidade apresentada.

Por fim, o Ente Municipal é responsável por eventuais insuficiências financeiras referentes à garantia do pagamento dos benefícios.

Recife – PE, 18 de março de 2025.

Jorge Tiago Moura Cruz
Atuário – MIBA 3.286

Nota 20: Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo das Demais Obrigações a Longo Prazo ao final do exercício de 2024 é de R\$ 0,00.

Nota 21: Passivo Financeiro

O passivo financeiro no final do exercício de 2024 totalizou R\$ 1.400,18. dos quais R\$ 1.400,18 são de elementos do passivo com atributo F e R\$ 0,00 são restos a pagar não-processados.

Nota 22: Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido (R\$ -119.810.458,40) trata-se do resultado da diferença entre todos os ativos (R\$ 26.580.816,83) e passivos (R\$ 146.391.275,23). É composto pelas contas: PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL (R\$ 0,00); ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE CAPITAL (R\$ 0,00); AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (R\$ 0,00); RESERVAS DE LUCROS (R\$ 0,00); DEMAIS RESERVAS (R\$ 0,00); RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ -119.810.458,40); (-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA (R\$ 0,00);

Nota 23: Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial da entidade, apurado ao final do exercício de 2024, totalizou o montante de R\$ 20.113.537,27, representando a posição líquida dos ativos e passivos registrados no Balanço Patrimonial daquela data.



Nota Explicativa Balanço Patrimonial Anexo 14, Lei nº 4.320/64

ativo

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO		22.208.132,40	16.921.770,59	PASSIVO FINANCEIRO (1.400,18)+RP não Proc.(0,00)		1.400,18	80.961,48
ATIVO PERMANENTE		4.372.684,43	144.376.430,93	PASSIVO PERMANENTE		146.389.875,05	214.488.932,37
				SALDO PATRIMONIAL		-119.810.458,40	-53.271.692,33

Nota 24: Quadro de Superávit/Déficit Financeiro

A apresentação dos ativos e passivos no Balanço Patrimonial foi realizada com segregação entre circulante e não circulante, em atendimento às exigências da NBC TSP nº 01 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Para essa classificação, foram adotados os seguintes critérios: ativos circulantes quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; ativos não circulantes para todos os ativos que não se enquadrem como circulantes; passivos circulantes para as obrigações a serem pagas até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e passivos não circulantes para as obrigações com vencimento superior a doze meses. As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento à Resolução TC nº 270/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE). Em algumas situações, valores classificados como "depósitos restituíveis" foram registrados no grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa", por se tratarem de ativos financeiros de natureza extraorçamentária e entradas transitórias com atributo (F), cabendo à contabilidade, mediante análise do prazo de realização, realizar ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo para (P) de permanente, sempre mediante variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas sem prejuízo ao resultado do exercício. Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar foram estruturados no PCASP até o nível de item e subitem (6º e 7º níveis), enquanto o quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme o §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A avaliação dos elementos do Ativo e Passivo pode ser realizada mediante a utilização da análise por quocientes, dentre os quais se destacam os índices de liquidez e endividamento.

1. Liquidez corrente (LC) = Ativo Financeiro (AF) / Passivo Financeiro (PF)

$$LC = \frac{\text{Ativo Financeiro (AF)}}{\text{Passivo Financeiro (PF)}} = \frac{22.208.132,40}{1.400,18} = 15.860,91$$

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.). Neste caso, o índice apresentado demonstra uma situação favorável, em que a entidade tem saldo do AF para poder pagar suas dívidas registradas no PF, então terá superávit financeiro, poderá dispor no ano seguinte para abertura, por exemplo, de créditos adicionais.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

d.2. Divulgações não financeiras

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

d.5. Atualização da Dívida (Passivo Não-Circulante):

No Exercício de 2024 houve uma atualização positiva no valor da dívida.

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais, conta judicial - precatórios 60%.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA

Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM NO BALANÇO PATRIMONIAL

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentário e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo que necessitem de eventuais ajustes.



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 270/2024

h.1. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis

Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores.

h.2. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito

Não houve no exercício de 2024 bens recebidos por doação.

h.3. Transferência de Ativos

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

h.4. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2024.

h.5. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

h.6. Relação de Provisões e Passivos Contingentes

Não houve durante o exercício de 2024, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

h.7. Informações de Passivos Contingentes

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

h.8. Perdas da Dívida Ativa

Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2024.

h.9. Informações adicionais

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

h.10. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

h.11. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões

Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.

h.12. Teste de Imparidade (Impairment)



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

h.13. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

h.14. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

h.15. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

h.16. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

h.17. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.

h.18. Passivos Perdoados

Não houve passivos perdoados durante o exercício de 2024.

h.19. Ativos Contingentes

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

h.20. Avaliação Externa das Provisões

Não houve registro para esta entidade.

i) DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO E DEMAIS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA):

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			



**Nota Explicativa
Balanço Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64**

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	31/12/2020	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	31/12/2020	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	01/01/2020	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	31/12/2023	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	01/01/2023	Concluído
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	01/01/2024	Em Andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de <i>softwares</i>, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	31/12/2024	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	31/12/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Gerente	Imediato	Concluído
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



Nota Explicativa
Balanco Patrimonial
Anexo 14, Lei nº4.320/64

1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gerente	Imediato	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Gerente	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

ANA PAULA DE SOUZA
Gerente de Previdência

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contadora, CRC 025898/O-0

Pág.: 1

ISOLADO: 4 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FEIRA NOVA - FEIRAPREV

Documento Assinado Digitalmente por: DANILSON CANDIDO GONZAGA, PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANTANA
 Acesso em: <https://eicf.ce.gov.br/emp/validaDoc/seam/Cópias do documento: f8c55224-7e45-456a-85a9-31c771800d3>

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FEIRA NOVA - FEIRAPREV
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2024)



Pág.: 2

Orçamento Programa - Exercício de 2024

A) QUADRO PRINCIPAL

ISOLADO: 4 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FEIRA NOVA - FEIRAPREV

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE CAPITAL		0,00	0,00
				AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		0,00	0,00
				RESERVAS DE LUCROS		0,00	0,00
				DEMAIS RESERVAS		0,00	0,00
				RESULTADOS ACUMULADOS		-119.810.458,40	-53.271.692,33
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS		-119.810.458,40	-53.271.692,33
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-53.271.692,33	-35.564.243,73
				SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO		-66.538.766,07	-17.707.448,60
				(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA		0,00	0,00
				TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		-119.810.458,40	-53.271.692,33
				TOTAL		26.580.816,83	161.298.201,52

Documento Assinado Digitalmente por: DANILSON CANDIDO GONZAGA, PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANTANA
Acesse em: [https://eetce.tec.pa.gov.br/ppp/arquivos/assinado/DocAssinam/Código do documento: f8c55524-7e15-4564-85a9-3a1c71c810d3](https://eetce.tec.pa.gov.br/ppp/arquivos/assinado/DocAssinam/Código%20do%20documento%20f8c55524-7e15-4564-85a9-3a1c71c810d3)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE FEIRA NOVA - FEIRAPREV

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2024)

Orçamento Programa - Exercício de 2024



Pág.: 3

Documento Assinado Digitalmente por: DANILSON CANDIDO GONZAGA, PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANTANA

Acesse em: <https://etce.te.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f8c55524-7e15-4564-85a9-3a1c71c8f0d3

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
ATIVO FINANCEIRO		22.208.132,40	16.921.770,59	PASSIVO FINANCEIRO (1.400,18)+RP não Proc.(0,00)		1.400,18	80.961,48
ATIVO PERMANENTE		4.372.684,43	144.376.430,93	PASSIVO PERMANENTE		146.389.875,05	214.488.932,37
				SALDO PATRIMONIAL		-119.810.458,40	-53.271.692,33

Pág.:

Documento Assinado Digitalmente por: DANILSON CANDIDO GONZAGA, PAULO EDUARDO PEREIRA DE SANT'ANA
Acesse em: <https://eic.ig.br/epb/validarDoc> Código do documento: f8c55524-7e15-4564-85a9-3a1c71c8f0d3

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercicio Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVO		0,00	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		0,00	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	TOTAL		0,00	0,00